

CAPÍTULO V

O DIPLOMA DE ENSINO SUPERIOR COMO FETICHE DA MERCADORIA: a falsa consciência da titulação acadêmica como fator de ascensão profissional*

*Augusto César Vilela Gama
Vicente Batista dos Santos Neto*

Introdução

Uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Sua análise resulta em que ela é uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos. (MARX, 2017, p. 146)

Este estudo tem como objetivo dialogar com base na teoria marxiana – a partir das categorias “fetiche da mercadoria” e “ideologia” – na intenção de evidenciar a realidade do diploma de ensino superior como fetiche da mercadoria, depreendendo que persevera uma falsa consciência da titulação como fator de ascensão profissional.

O século XXI é marcado por inúmeras transformações nas relações de produção, obviamente com intenções *sui generis* de manter a chama capitalista acesa, mesmo diante das complexas crises ao qual a ordem vigente vem enfrentando desde o início da modernidade. Porém, todas as reformas realizadas em prol da manutenção do sistema têm em sua peculiaridade aumentar a circulação de mercadorias, fator este determinante na reprodução sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Desta forma, o primeiro passo na compreensão de toda esta complexidade deve ser, assim como foi para Marx (2017) em sua obra magna, pela mercadoria. Tanto faz se a mercadoria seja para satisfazer as necessidades de sobrevivência ou para suprir as vontades da mente, desde que ela proporcione o mais-valor e, conseqüentemente, o aumento dos lucros. Isto é, para o capitalista o que realmente lhe importa é a busca incessante em aumentar o mais-valor a partir da produção e circulação de mercadorias.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-43-7-0-f.95-110

Como a mercadoria é fruto do trabalho, então é diretamente por meio dele que se efetiva o mais-valor. O trabalho no capitalismo é medido pelo tempo gasto na produção de mercadorias, deste modo temos que o dispêndio da força de trabalho é calculado e apresentado com um valor social médio de produção, fazendo da força de trabalho também uma mercadoria de consumo, nos demonstrando que na sociedade capitalista tudo tende a tomar forma de mercadoria, até mesmo a vida humana (MARX, 2017).

Com o trabalho assalariado sendo uma mercadoria para produção de outras mercadorias, o mais-valor como define Marx (2017), se efetiva na apropriação pela classe dominante da força de trabalho calculada a partir do tempo necessário para produção da mercadoria. Em suma, o mais-valor provém da exploração da força de trabalho, da baixa remuneração pelas horas trabalhadas na produção de mercadorias.

Isto fica melhor compreendido por meio do ciclo que resulta no mais-valor, constituído pelas fases de “[...] produção, consumo, distribuição, circulação ou troca.” (ANTUNES, 2018, p. 39). Ou seja, na troca da mercadoria, o trabalhador não recebe remuneração pelo tempo total gasto na sua produção, distribuição e ou circulação, apenas por uma porção mínima deste tempo, o restante não pago é apropriado pelo capitalista e convertido em lucro.

Ademais, este estudo não tem condições de aprofundamento nas idiossincrasias que permeiam o trabalho assalariado e a produção e consumo de mercadorias. Mas o que de fato nos interessa aqui abordar é o efeito deste processo na subjetividade do trabalhador. Para além da sua força de trabalho explorada e mercadorizada, o trabalhador tem em sua interiorização a coisificação de si, que se manifesta pelo estranhamento, uma vez que o objeto por si produzido, o seu produto, ao se tornar mercadoria, não mais lhe pertence. Tal perda é justificada por Marx mediante seus estudos de economia-política:

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador. (MARX, 2004, p. 82)

Ocorre uma inversibilidade no modo de produção capitalista com relação ao trabalho do trabalhador, afinal quanto mais ele produz mercadoria, mais-valor ele cria para outrem, menos condições ele tem de consumir e mais “indigno ele se torna”. Este é o efeito da conversão de tudo em mercadoria, inclusive o próprio trabalhador.

Diante de um processo em que o trabalhador escolhe “livremente” aceitar essa forma de subsunção ao qual foi submetido, Marx (2004, 2017) com base na teoria hegeliana, denomina este fenômeno social como alienação¹, no qual culmina na reificação, isto é, na coisificação do humano. Este estado de inconsciência, de autoalienação do trabalho enquanto categoria ontológica, nos apresenta um ser social desumanizado, perdido dentro das relações sociais estabelecidas pela ordem hegemônica (LUKÁCS, 2013; MÉSZÁROS, 2016).

Assim, a alienação se caracteriza como causa-efeito de algo historicamente posto, ratificando seu caráter histórico-social e que emerge da evolução humana. Como diz Lukács (2013, p. 577), a alienação “[...] não tem nada a ver com uma *condition humaine* universal, possuindo menos ainda qualquer universalidade cósmica.”

Sendo assim, o trabalho alienado exterioriza a relação do trabalhador com o produto fruto do seu trabalho, em que durante o processo de trabalho o trabalhador já não se encontra em satisfação com o ato de produção, em virtude da venalidade de sua condição dentro do processo e que se agrava com o estranhamento de seu objeto por não mais lhe pertencer após objetivado, corroborando com a afirmação de Lukács (2013) de que a alienação é resultado da relação do humano com outros humanos.

São as relações sociais de dominação que por meio do trabalho alienado suprime o entendimento concreto da razão e conduz o trabalhador ao processo de fetichismo da mercadoria, no qual a sua condição é a de um ser social reificado, coisificado, transformado em mercadoria, enquanto ao contrário, a mercadoria produzida no modo de produção capitalista ganha vida. Isto significa que:

¹ Trataremos da “Alienação” neste estudo como um aspecto negativo do trabalho no capital, em seu sentido de “Estranhamento” a partir do termo no alemão “*Entfremdung*”. Para um melhor entendimento se sugere a leitura da obra *A teoria da alienação em Marx* de Mészáros (2016).

[...] a coisa produzida ganha forma viva ao passar pelo movimento de personificação das coisas, ao ser trocada, a mercadoria tem agora personalidade, enquanto o trabalhador vem a perder a sua. Esse processo, Marx o chama de fetichismo da mercadoria, que vem a se apresentar como um fenômeno social e mental, onde as mercadorias aparentam ter uma vontade independente de seus produtores. (GAMA, 2019, p. 47)

O fetichismo da mercadoria consiste em dar alma a uma coisa, tratando-a como se tivesse vida. Esse culto obscuro a uma coisa é essencial no sistema capitalista, visto que o importante não são as vidas humanas e sim as mercadorias, são elas que fortalecem o sistema, desta maneira, quanto mais valorizada a mercadoria e menos valorizado o trabalho humano, mais o capital se fortalece e menos as relações sociais de trabalho têm relevância. Todo este processo, bem se sabe, vem logrando êxito graças a alienação do ser social.

Considerando o objeto deste estudo, esta síntese até aqui realizada teve por intento esclarecer a redução do ser social em coisa ao passo que as coisas misticamente ganham vida mediante o fenômeno do fetichismo da mercadoria. Como tudo se transforma em mercadoria dentro das relações de produção e reprodução capitalista, a educação não escaparia à essa regra. Deste modo, este estudo aduz a tratar mais especificamente da educação superior pelo seguinte motivo: se o trabalhador na ordem vigente apresenta um valor social médio, ele tende a acreditar que a formação no ensino superior pode aumentar o seu valor social, ao lhe proporcionar ascensão profissional dentro de sua própria classe, ou ainda, a de uma possível mobilidade social.

O mercado ao ficar atento aos anseios sociais de consumo, dentre eles a formação superior, viabiliza a expansão da educação superior no Brasil, em que a formação de graduados e pós-graduados obtivera um aumento significativo nas últimas décadas. Contudo, tem se observado uma dicotomia público/privada, onde o ensino de melhor qualidade que abrange uma formação em sua totalidade – priorizando o ensino, a extensão e a pesquisa –, vem sendo ofertado para um quantitativo muito menor, principalmente via Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, em contrapartida, vem se promovendo um ensino de baixa qualidade as massas via IES privadas (SGUISSARDI, 2008).

As últimas pesquisas da área têm demonstrado um grande número de formandos por meio de instituições ligadas a empresas educacionais que movimentam bilhões de reais no mercado financeiro e que se mostram um dos ramos empresariais mais lucrativos da economia (RUAS; OLIVEIRA, 2016). Todo esse processo se dá por intermédio da precarização do ensino-aprendizagem, no qual o diploma é a mercadoria final entregue para aqueles que se propuseram a pagar mensalidades, sendo que a maioria dos alunos das IES privadas pertencem à classe trabalhadora (SANTOS NETO, 2019).

Neste sentido, existe uma mistificação ideológica de propagação cultural às massas (MÉSZÁROS, 2014), no qual ao se ter a posse de um diploma de ensino superior, isto venha a favorecer o sujeito a se ascender profissionalmente, logo, socialmente, motivando-o a pagar por um ensino de pouca qualificação durante anos em busca de melhores condições, transformando dessa forma o diploma em uma mercadoria a ser conquistada, por que não dizer, financiada (SGUISSARDI, 2015).

No entanto, a baixa qualificação de formação para as massas de modo algum altera o *status quo*, pois a sociedade capitalista está moldada na competição, em que pelo argumento de meritocracia, uma formação ruim é incapaz de qualquer melhoria real na vida do sujeito (SANTOS NETO, 2019). Assim, pelo fetichismo da mercadoria os sujeitos são impulsionados a consumirem o diploma de ensino superior em virtude da própria reificação no qual se encontram.

A ideologia de expansão da educação superior privada no Brasil

Até o momento, os homens sempre fizeram representações falsas de si mesmos, daquilo que eles são ou devem ser. Eles organizaram suas relações de acordo com suas representações de Deus, do homem normal e assim por diante. Os produtos de sua cabeça tornaram-se independentes. Eles, os criadores, curvaram-se diante de suas criaturas. Libertemo-los de suas quimeras, das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o jugo dos quais eles definham. Rebelemo-nos contra esse império dos pensamentos. Ensinemos-lhes a trocar essas imaginações por pensamentos que correspondam à essência do homem, diz Um, a se comportar criticamente para com elas, diz o Outro, a arrancá-las da cabeça, diz o Terceiro, e... a realidade existente haverá de desmoronar. (MARX; ENGELS, 2007, p. 523)

Os jovens Marx e Engels em 1845-1846 com a obra *A ideologia alemã* dão início ao desenvolvimento da base materialista de seus estudos, buscando explicar as relações sociais por meio da consciência, com a finalidade de banir o idealismo que rondava a Alemanha do século XIX. Essa “[...] produção idealista é vista como ideologia, isto é, uma construção ideal autonomizada da materialidade do modo de produção.” (BALDI, 2019, p. 633).

A ideologia para Marx e Engels (2007) – inicialmente e que aprofundam nas determinações desta categoria em estudos futuros – é resultado de uma falsa consciência, de uma realidade invertida, facilitadora no ocultamento das contradições sociais em favor da classe dominante. Por isso, compreender criticamente as ideias de dominação é o primeiro passo na superação das aparências dos fenômenos, que se apresentam de forma superficial aos olhos humanos em virtude das relações reificadoras.

Em vista disso, temos que as “[...] ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). É inegável os inúmeros recursos que a classe dominante se utiliza para controlar as vontades de toda a população. Nesta lógica, “[...] o que está em jogo é a articulação cultural dos interesses materiais dominantes da ordem estabelecida.” (MÉSZÁROS, 2014, p. 104).

Numa sociedade globalizada e capitalista como a que vivemos, os Estados Unidos da América (EUA) é uma referência enquanto posição dominante de superpotência mundial, e que impacta de maneira abrupta na economia-política dos países emergentes, dentre eles o Brasil. Por essa razão que Mézáros (2014, p. 141) esclarece a força da ideologia imperialista sobre o “Terceiro Mundo”, quando sua economia fica submetida a um “quadro de dependência estrutural” ao “Primeiro Mundo”. Isto posto, a soberania dos EUA está presente na estrutura brasileira como um todo, o que impacta diretamente nas nossas políticas socioeconômicas.

A hegemonia econômica norte-americana foi-se estendendo na medida em que países importantes aderiram ao sistema multilateral e as filiais das empresas e bancos norte-americanos foram se expandindo pelo mundo através de redes comerciais, financeiras e de comunicações cruzadas com o investimento direto em plantas manufatureiras e matérias-primas estratégicas. Depois dos choques do petróleo e de juros do final da década de 1970 e das sucessivas crises financeiras das décadas seguintes, os “con-

sensos” sucessivos emanados de Washington foram se tornando cada vez mais duros e a hegemonia econômica foi perdendo o caráter benigno. Ao mesmo tempo que é permissiva para os interesses do capital das grandes corporações e protecionista para vários setores da economia norte-americana, tenta sistematicamente ditar as regras para os outros países (sobretudo os periféricos) com as políticas neoliberais. (TAVARES; METRI, 2020, p. 17)

Um bom exemplo da interferência norte-americana na estrutura brasileira com intuito de implementação das políticas neoliberais é o “Golpe de 1964”. Em um momento que o Brasil apresentava enorme crescimento dos movimentos de trabalhadores – organizados por uma frente-ampla de esquerda – na luta contra a superexploração capitalista, com empresas em sua maioria formada por conglomerados estrangeiros que se aproveitavam da subordinação brasileira ao *modus operandi* norte-americano, de modo que qualquer resistência contra esse processo de produção e reprodução hegemônico não se daria de outra forma que não fosse por meio de retaliações.

Em vista disso, “[...] os setores conservadores (EUA, capital transnacional, burguesia brasileira, classes auxiliares da burguesia) se uniram para combater esta resistência [da classe trabalhadora] e possibilitar uma intensificação ainda mais forte do processo de exploração.” (VIANA, 2005, p. 27). Como resultado, o Brasil sofreu o duro “Golpe de 1964” com a chegada dos militares ao poder para servir as imposições do capitalismo norte-americano, a fim de suprir a sua crise interna mediante a exploração internacional da força de trabalho.

Com a nossa estrutura econômica-política nos meados do século XX subserviente aos moldes norte-americanos, a educação brasileira evidentemente começou a seguir os passos ideológicos do pensamento neoliberal ao sofrer novas determinações mediante o estabelecimento de reformas no ensino. No caso da educação superior, decorreu fortes investimentos na expansão quantitativa de IES privadas pelo Brasil, se tornando um segmento competitivo e bastante lucrativo (RUAS; OLIVEIRA, 2016).

A mercadorização da educação superior brasileira incorporou-se aos fundos de investimentos internacionais, com a formação de oligopólios empresariais cuja à principal mercadoria é a venda do acesso ao diploma de ensino. Fenômeno este, segundo Ruas e Oliveira (2016, p. 465) conhecido como: “Oligopolização da Educação Superior”.

Pensando no livre mercado de “oferta e procura”, a expansão de IES privadas trouxeram a concorrência e com ela estratégias de monopolização ancoradas no apoio do Estado, principalmente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e as brechas instituídas na *Lei de Diretrizes e Base da Educação* (LDB) nº 9.394/1996, *exempli gratia*, ao liberar as IES de regime jurídico sem fins lucrativos para converterem-se em regime jurídico com fins lucrativos (BRASIL, 2018; RUAS; OLIVEIRA, 2016).

Esse “empurrão” do Estado brasileiro para mercantilizar a educação superior, deu início uma década depois ao capital aberto de ações de empresas educacionais sob a égide do neoliberalismo, com destaque para:

[...] o grupo educacional Anhanguera [que] possuía [em 2008] 52 unidades de educação superior com 720.000 matriculados. Outro grupo educacional, Estácio Participações, possuía 23 unidades, com 207.079 matriculados. A Kroton Educacional, da rede mineira Pitágoras, possuía 25 IES no país. O Sistema COC de Educação e Comunicação, também proprietário de diversas IES, tinha neste ano 8.934 matriculados em cursos presenciais e 19.875 em cursos semi-presenciais. Juntas, apenas quatro empresas educacionais, absorvem perto de um quarto das matrículas no setor privado, e perto de um quinto do total das matrículas da educação superior no país. Os números desta expansão/concentração são eloquentes. A entrada do grupo Anhanguera na bolsa de valores resultou numa valorização de 70% de suas ações, num período de apenas 6 meses. Em menos de um ano, o patrimônio do grupo teve uma valorização de 45%. (MARQUES, 2013, p. 73)

Esse domínio da educação superior privada nos revela o desenvolvimento da máquina capitalista em larga escala com seu desfecho sendo o mais-valor, fazendo da educação uma mercadoria valiosa e com retorno garantido, isto é, lucros extraordinários e baixo risco de investimento. Neste sentido, a educação brasileira está caminhando em direção antagônica, na contramão dos princípios aos quais os intelectuais da área propõem para um ensino humanizado e de qualidade. Em 2004, durante o Fórum Mundial de Educação que aconteceu na cidade de Porto Alegre-RS, István Mészáros (1930-2017) ressaltava aos participantes do evento de que “[...] a educação não é uma mercadoria.” (JINKINGS, 2008, p. 9).

Com a educação sendo mercadoria, ela jamais cumprirá sua missão de propiciar a autonomia e emancipação do ser social, pois ela vem gerando valores humanos invertidos no momento em que representa os interesses da ordem hegemônica em favor da acumulação do capital (MÉSZÁROS, 2008).

Se no ano de 2008 projetava-se um cenário de expansão maciça das IES privadas, uma década depois o crescimento se manteve em ritmo acelerado, conforme aponta os dados da Tabela 1, a partir do *Censo da Educação Superior*, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Tabela 1 – Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – Brasil – 2009-2019

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	n.a.
2010	2.378	101	89	7	119	133	1.892	37	n.a.
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40	n.a.
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40	n.a.
2013	2.391	111	84	10	130	140	1.876	40	n.a.
2014	2.368	111	84	11	136	136	1.850	40	n.a.
2015	2.364	107	88	9	140	139	1.841	40	n.a.
2016	2.407	108	89	10	156	138	1.866	40	n.a.
2017	2.448	106	93	8	181	142	1.878	40	n.a.
2018	2.537	107	92	13	217	139	1.929	40	n.a.
2019	2.608	108	90	11	283	143	1.933	40	n.a.

Fonte: INEP (2020). Tabela elaborada por Inep/Deed.

Nota: (n.a.) Não se aplica.

O Brasil em 2009 possuía 245 (10,6%) IES públicas e 2.069 (89,4%) IES privadas, com a “corrida do ouro”, em 2019 esses números saltam para 302 (11,5%) IES públicas e 2.306 (88,5%) IES privadas. Houve um aumento de 2009 para 2019 – fruto das políticas públicas dos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Vana Rousseff – de 23,2% em IES públicas e de 11,5% em IES privadas, em termos comparativos neste período, as IES públicas tiveram um aumento de 57 Instituições, enquanto as IES privadas tiveram um aumento de 237 Instituições, ou seja, das 294 (100%) novas IES, 19,4% representam o setor público e 80,6% o setor privado (INEP, 2020).

Não restam dúvidas de que a educação superior é altamente lucrativa, caso contrário, não teríamos esse crescimento exponencial de IES privadas. Quando analisado as matrículas em IES públicas e em IES privadas a correlação de dados é idêntica. Em 2009, o Brasil detinha 5.954.021 (100%) estudantes matriculados no ensino superior, com 1.523.864 (25,6%) matriculados em IES públicas e 4.430.157 (74,4%) matriculados em IES privadas. Já em 2019 o total de matriculados no ensino superior subiu para 8.603.824 (100%), com 2.080.146 (24,2%) matriculados em IES públicas e 6.523.678 (75,8%) matriculados em IES privadas (INEP, 2020).

Destarte, observa-se que o Brasil começa a sentir os efeitos da expansão de IES privadas em larga escala somados aos cortes no orçamento público destinados as IES públicas após o “Golpe de 2016”, apresentando um percentual menor de matriculados no setor público em 2019 comparado com 2009, testemunhando uma clara tentativa de “[...] desmonte em curso para a educação pública no Brasil [...]. Com discursos apoiados na falácia do Estado mínimo, [...] o incentivo ou uso de *vouchers* e o *homeschooling* em substituição à escola pública, a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, [e] a autorregulação do setor privado.” (SANTOS NETO, 2019, p. 216).

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

Há uma crescente controvérsia sobre a forma como o ensino superior é financiado no Brasil, pois estudantes de camadas mais favorecidas têm maior probabilidade de acessar instituições públicas de elite altamente seletivas, que são gratuitas, enquanto que pessoas de baixa renda tendem a frequentar instituições privadas pagas [...]. Isso é visto amplamente como

fator que vem para exacerbar as desigualdades socioeconômicas. (OCDE, 2018, p. 76)

A OCDE (2018) apresenta a realidade socioeconômica dos estudantes matriculados em IES privadas, isto significa que os estudantes de origens menos favorecidas têm uma menor probabilidade de frequentarem IES públicas, onde não são cobradas mensalidades e uma maior probabilidade de frequentarem IES privadas, quando estão dispostos a utilizarem a maior porção de seu salário no pagamento de mensalidades em busca do diploma de ensino superior.

Para garantir valores competitivos na mensalidade, a acumulação de mais-valor proverá da exploração da força de trabalho – como esclarecido na Introdução deste estudo –, logo, da baixa remuneração dos funcionários administrativos e do corpo docente, aliados a alta cobrança por produtividade, redução a patamares rasos nos investimentos em pesquisa e extensão, culminando, desta maneira, em maiores lucros para os acionistas e recursos para ampliação da atuação no mercado (POLIZEL; STEINBERG, 2013).

Sguissardi (2008), relata que ‘a mão livre do mercado’ é um conceito ideológico capitalista para encobrir a destruição do meio-ambiente, as péssimas condições de trabalho e qualidade dos produtos, a falta de ética, e a destruição da sociedade. Sendo assim, a educação-mercadoria com certeza não estaria imune a essas mazelas.

Defronte destes fatos, fica inegável que a qualidade do ensino das IES privadas está comprometida, no qual a expansão da educação superior privada se justifica a partir do fenômeno do fetichismo da mercadoria, em que pela ideologia se propagam para a classe trabalhadora um falso discurso de ascensão profissional e social quando de posse do diploma de ensino superior.

Considerações Finais

A teoria marxiana como base teórica e metodológica nos auxiliou neste estudo na árdua missão de descortinar os ocultamentos e a imediatidade das determinações capitalistas presentes na vida em sociedade. Foi de suma importância abarcar o processo de alienação que resulta em um trabalhador coisificado à medida que inversamente a mercadoria ganha vida a partir do fenômeno do fetichismo da mercadoria.

Nesse contexto, a educação superior se torna mercadoria e, sendo muito lucrativa, faz crescer exponencialmente as IES privadas, com poucas condições de oferecer cursos de graduação de boa qualidade.

Portanto, o diploma de ensino superior como mercadoria se explica mediante a ideologia capitalista de propagação da “possível” ascensão profissional. O que nada mais é de uma falsa consciência da realidade posta perante a lógica sociometabólica do capital, da valorização pela competitividade pautada na meritocracia, no qual uma baixa qualidade do ensino é incapaz de realizar qualquer transformação real.

O oligopólio da educação superior pautado pelo neoliberalismo tem na educação-mercadoria a oportunidade de elevados lucros e ampliação de mercado, isto claro, às custas da mão-de-obra explorada e baixa qualidade no provimento do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Contudo, mesmo clarejando tais determinações da educação superior privada, as expectativas do mercado são de contínua expansão das IES privadas, intensificada em consequência do apoio do Estado brasileiro sob a regência do “Primeiro Mundo” em prol da lucratividade a qualquer custo.

A intelligentsia da educação tem um enorme desafio de seguir pesquisando e publicizando as informações na tentativa de inflexão da mercantilização do ensino, de modo que consiga a “internalização” pela classe trabalhadora do trágico cenário formado e o necessário rompimento com o nexos de expansão da educação superior privada por meio da oferta de uma educação pública para todos, laica e de qualidade.

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BALDI, L. A. de P. A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência. **Revista Katálysis**, Florianópolis – SC, v. 22, n. 3, p. 631–640, set-dez, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000300631&tlng=pt. Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394/1996**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2018.

GAMA, A. C. V. **Implicações sociais da formação profissional do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2019**. Brasília: INEP, 2020.

JINKINGS, I. Apresentação. *In*: MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES, W. Expansão e Oligopolização da Educação Superior no Brasil. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba- SP, v. 18, n. 1, p. 69–83, mar, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2191/219125744005.pdf>. Acesso em: .

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Repensando a Garantia de Qualidade para o Ensino Superior no Brasil**. Paris: OCDE, 2018.

POLIZEL, C.; STEINBERG, H. **Governança Corporativa na educação superior: casos práticos de instituições privadas (com e sem fins lucrativos)**. São Paulo: Saraiva, 2013.

RUAS, C. M. S.; OLIVEIRA, R. T. C. Modelo de gestão da educação superior privada brasileira. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas - SP v. 2, n. 3, p. 461–479, dez, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22348/riesup.v2i3.7666>. Acesso em: 26 nov. 2020.

SANTOS NETO, V. B. dos. **A formação inicial de professores a distância no Brasil: os contornos e trajetórias do Sistema Universidade Aberta do Brasil na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período de 2013 a 2018**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas – SP, v. 29, n. 105, p. 991–1022,dez, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000400004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 26 nov. 2020.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas - SP, v. 36, n. 133, p. 867–889, out-dez, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000400867&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 27 nov. 2020.

TAVARES, M. da C.; METRI, M. A geoeconomia do império e as mutações do capital: os dois ciclos de expansão econômica dos Estados Unidos no final do século XX. **Brazilian Journal of Political Economy**,

São Paulo – SP, v. 40, n. 1, p. 3–21, jan- mar, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572020000100003&tlng=pt. Acesso em: 11 dez. 2020.

VIANA, N. Acumulação Capitalista e Golpe de 1964. **Revista História & Luta de Classes**. São Paulo – SP, v. 1, n. 1, p. 19–27, abr, 2005.